

UM MAPEAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Victor Hugo de Oliveira Henrique¹; Luan Gabriel Araujo Goebel²; Gabriela Rodrigues Longo³; Kaique Alves de Sousa⁴

RESUMO

O processo de assumir e viver a sua sexualidade de forma aberta, é muito angustiante para a comunidade LGBTQIA+, pelo fato de o Brasil ainda ser um país extremamente LGBTfóbico. Dentre as letras da sigla destacamos o “T” com um alto risco de vulnerabilidade, nesse sentido esse trabalho objetivou apresentar um levantamento de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação avaliados como Educação pela CAPES. Foi encontrada uma baixa produção, evidenciando que a ciência ainda não considera o tema tão significativo para pesquisa. Podemos fazer o questionamento: “seria a baixa produção um reflexo da transfobia no meio acadêmico?”.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade. Movimento Social. Travestis.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a violência sofrida pela comunidade LGBT+ decorre de uma sociedade desigual, heteronormativa, machista, misógina, intolerante e preconceituosa. segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (OLIVEIRA & MOTT, 2020) o Brasil registrou em 2019, 141 mortes de pessoas LGBTQIA+, foram 126 homicídios e 15 suicídios, o que representa a média de uma morte a cada 23 horas por homotransfobia. No contexto de Mato Grosso por exemplo, até setembro de 2020, foram registrados 160 crimes⁵ contra pessoas LGBTQIA+, o dobro quando comparado com o ano anterior (MATO GROSSO, 2020) e em 2021, o estado alcançou a 9ª posição no ranking de mortes violentas de vítimas LGBTQIA+ (GGB, ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2021). No que tange a comunidade, a população trans possui

¹Professor Doutor da Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé (FECISC/UECE), coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/FECISC/UECE) – victorhugo.henrique@uece.br.

²Doutorando em Ciências Ambientais pela UNEMAT. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/FECISC/UECE).

³Doutoranda em Ensino de Ciências pela UFMS. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/FECISC/UECE).

⁴Professor de História da Educação Básica (SEDUC-MT). Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/FECISC/UECE).

⁵Dados apresentados pela Secretária Estadual de Segurança Pública em 04 de setembro de 2020 às 08h03min. Disponível em: <<http://www.sesp.mt.gov.br/-/15317415-mato-grosso-registra-160-crimes-contra-lgbts-em-oito-meses>> acessado em 09 de abril de 2024

uma maior invisibilidade e maiores índices de violência, sendo o Brasil, o líder no ranking mundial de mortes de transexuais.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) no ano de 2017, foram registrados 179 assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, foram encontradas notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% das notificações (ANTRA, 2017). Já em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 casos (BENEVIDES, 2021.) O Dossiê sobre assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, elaborado pela ANTRA relata pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas em 2021 (BENEVIDES, 2022). O dossiê também aponta que não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias pesquisadas esse ano.

O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que um homem gay cis; e se compararmos com os Estados Unidos, as 144 travestis brasileiras assassinadas em 2016 face às 21 trans americanas, as brasileiras têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas. (TGEU, 2017 apud ANTRA, 2017, p. 08)

Muitas vezes, o primeiro contato de uma Travesti ou Transexual com a sociedade é a através da violência. Algumas no próprio seio familiar e de forma muito precoce. Momento em que conhecem também a exclusão, que as coloca para fora da possibilidade de disputa nos espaços sociais, que vem sendo historicamente negados. Sempre que há reivindicação por disputas e conquistas de direitos para acessar estes mesmos espaços, ouvimos que a população trans quer privilégios. Mas que privilégio é esse? Essa mesma população é obrigada a lutar diariamente por sobrevivência.

Os dados supracitados evidenciam uma invisibilidade da comunidade LGBTQ+, em especial da população trans. Essa invisibilidade acontece no aspecto social e no aspecto científico, nesse sentido, esse projeto também se justifica como uma contribuição para a resistência e visibilidade da população trans. Segundo a ANTRA (2017), 90% da população trans utiliza da prostituição como forma de renda, colocando-as em uma situação maior de vulnerabilidade ambiental, tendo em vista que elas dependem de boas condições ambientais para a realização de suas atividades laborais.

A partir do problema apresentado, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar um mapeamento da produção acadêmica a nível de teses e dissertações de programas de pós-graduação em educação que abordaram a temática travestilidade ou transexualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os diversos grupos em situações de vulnerabilidade temos a comunidade LGBT+, em especial as travestis e transexuais. De acordo com a ANTRA (2017), 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar. Estima-se que 13 anos de idade é média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (ANTRA, 2017).

Temos assistido a um levante contra as discussões sobre linguagem inclusiva de gênero para pessoas Não-Binárias, projetos de Lei antitrans e o discurso que incluiu o ódio religioso contra direitos LGBTQIA+ tem ganhado mais espaço, trazendo impactos significativos no dia a dia, também fora das redes sociais, colocando os corpos de pessoas trans em risco aumentado de serem violadas e violentadas fisicamente. Dentre a comunidade LGBTQIA+, o grupo mais violado e que sofre as maiores violações de direitos humanos são as travestis e mulheres trans.

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic*⁶ como forma de ter alcance (e muitas vezes, relevância sobre a pejorativização dos grupos) na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa cissexista (LEE, 2020).

No Brasil, o então denominado movimento homossexual⁷ organiza suas primeiras ações no final da década de 1970, embora desde os anos de 1950 já existissem atos individuais de politização das identidades gay e lésbica em locais de lazer (GREEN, 2007).

Os primeiros grupos de militância LGBTQIA+ organizados no Brasil foram o grupo SOMOS (em São Paulo) e Triângulo Rosa (no Rio de Janeiro). Fundados entre 1977-1978 eles atuaram durante o período da Ditadura Militar, como descreveu James Green (2014) e Marco José Duarte (2015). O

⁶Disseminar *trans panic* é uma estratégia adotada por grupos antitrans, RADFEM/TERF (Feminismo Radical/Feminista Radical Transexcludente), fundamentalistas religiosos e outros, especialmente nas redes sociais, através de meias verdades ou a manipulação de dados pouco confiáveis ou difíceis de verificar/comprovar, para criar medo e disseminar mitos, estigmas e tabus contra pessoas trans a fim de desumanizar, ridicularizar, negar acesso a espaços e a direitos, assim como criminalizar pessoas trans através do medo de uma convivência social com pessoas trans (LEE, 2020).

⁷A categoria homossexual, utilizada para identificar todas as pessoas que tinham relações sexuais com outras do mesmo sexo, foi tida como universal. Na perspectiva do movimento social, a utilização do termo “movimento gay”, herdeira dos EUA, também foi utilizado na década de 1980. Contudo, os termos “homossexual” e “gay” estavam carregados da hegemonia masculina. O aumento da participação de mulheres no movimento e a emergência de uma identidade trans, ou seja, a percepção de uma identidade de gênero não relacionada com a orientação sexual, trouxe novas configurações identitárias a este movimento (MELLO, 2005).

contexto do surgimento foi marcado por transformações culturais visíveis na música popular brasileira, como o sucesso de cantoras como Gal Costa e Maria Betânia, cujos rumores sobre suas sexualidades “criaram modelos alternativos para jovens lésbicas que estavam descobrindo o mundo da sociabilidade entre mulheres” (p.185). Foi também quando ocorreu o aparecimento do grupo de performances Dzi Croquettes e de Ney Matogrosso, que, com sua postura “efeminada”, tornou-se um cantor muito popular. Estas transformações internas estavam em consonância com a tendência de organização e mobilização dos primeiros grupos de gays e lésbicas nos Estados Unidos da América (EUA), Europa e na Argentina, enquanto em 1968 o Ato Institucional 5 (AI-5) reprimia qualquer possibilidade de reunião para discussões políticas. Alguns anos depois, em 1978, com a efervescência do “Gay Power” estadunidense, divulgado nos jornais brasileiros despercebidamente pela censura, tornou-se possível reunir pessoas para debater as discriminações sofridas por homossexuais (GREEN, 2014). O *Jornal Lâmpião de Esquina*⁸, uma das primeiras publicações homossexuais do país, bem como as ações do Somos, compuseram uma importante resistência no período ditatorial.

A reabertura política e o processo de redemocratização do Brasil foram fundamentais no processo de expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva distinta as das ciências ‘*psi*’. Inicia-se, assim, um processo de articulação entre os diversos sujeitos vinculados às lutas por direitos sexuais, que culminará em estratégias para interferir no processo de formulação das demandas por políticas públicas. As áreas da saúde e da educação tornaram-se o foco do movimento LGBTQIA+, o que parecia ser justificável, no caso da primeira, pela referência na epidemia do vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Humana (HIV/Aids) e, no caso da segunda, na possibilidade de atingir as relações de preconceito e discriminação desde o primeiro momento de socialização (FACCHINI *et. al.*, 2013).

Com o advento da epidemia de Aids houve um crescimento significativo dos estudos sobre homossexualidade, motivados especialmente pelas experiências dos movimentos sociais. Contudo, estes estudos mantinham-se presos às significações dos processos saúde-doença, reduzindo os contextos socioculturais e políticos da homossexualidade⁹ à patologia.

Facchini (2005) argumenta que este impasse se desfez na década de 1990, com a diversificação de pesquisas, que passaram a ter objetivos voltados para a compreensão dos processos de sociabilidades

⁸O *Jornal Lâmpião de Esquina* circulou entre os anos de 1978 e 1981, e teve o Conselho Editorial constituído pelo pintor Darcy Penteado, o escritor e jornalista (e hoje dramaturgo) Aguinaldo Silva, o cineasta e escritor Jean-Claude Bernardet, o advogado e ativista João Mascarenhas (no próximo capítulo retomamos sua importância na história do movimento homossexual) e o antropólogo inglês Peter Fry.

⁹Reforçamos o uso da palavra homossexualidade. A palavra ‘homossexualismo’ era utilizada quando a homossexualidade era considerada um transtorno mental. Estava, inclusive, listada no Código Internacional de Doenças (CID) a pedido da Organização Mundial da Saúde (OMS).

concernentes às vivências e experiências políticas destes sujeitos. Este “outro olhar” gerou discussões sobre os significados do termo “homossexualidade”, o que propiciou o surgimento de outros termos, como: homoerotismo, HSH¹⁰, homoafetividade¹¹, homocultura, GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes)¹², entre outras siglas. E influenciou também nas categorias originárias do movimento de homossexuais, denominada por Facchini (2005) como “sopa de letrinhas”: GLBT, GLBTT, GLBTTT, LGBT, LGBTT, LGBTQI (a letra G significa gay; L significa lésbica; B significa bissexual; os “T” remeteriam a travestis, transexuais e transgêneros; Q representaria *queer*; e I as pessoas intersexuais).

Outra cisão que necessita ser levantada relaciona-se ao segmento de travestis e transexuais. As travestis passam a participar dos espaços de organização do movimento homossexual a partir de 1995, e a inclusão do “T” na “sopa de letrinhas” só se deu por forte pressão da militância travesti (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

Em 1992 com a fundação da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, no Rio de Janeiro, já se imaginava a estratégia de atuar mais ativamente no cenário nacional e como as fontes e recursos eram poucos e de difícil acesso pela maioria das ONG existentes no Brasil naquele período e, também pela crescente onda de violências e falta de acesso aos serviços de saúde foi lançada a ideia de realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil afora na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas. Esse primeiro encontro objetivava mapear e empoderar essas ativistas para atuar nas questões de segurança pública e saúde, destaca-se que nesse período todas as ações em saúde para essa população ainda eram vistas somente a partir da perspectiva da epidemia de Aids, então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios que vale destacar não eram muitos nesse período. Assim no início de 1993 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, organizado pelo grupo ASTRAL.

Em 1995 temos a criação da Rede Nacional de Travestis (RENATA), com intuito de articular melhor a comunicação das travestis brasileiras. Em 1997 foi necessário pensar em como aumentar o número de pessoas participantes dessa rede. O ponto central das discussões foi a ampliação da rede e como trazer os liberados, o “L” da sigla do ENTLAIDS, para dinamizar a articulação. Assim o nome foi

¹⁰Esta sigla, que significa “homens que fazem sexo com homens”, tem sido amplamente utilizada por veículos e ONG/Aids governamentais envolvidos com as políticas de saúde e da prevenção ao HIV/Aids.

¹¹Este termo tem se evidenciado principalmente no campo jurídico brasileiro, principalmente pelos esforços da Desembargadora Maria Berenice Dias. Recuso seu uso em decorrência de sua proximidade com o direito da família, área jurídica na qual tem preponderado decisões ancoradas em concepções heterocentradas de arranjos familiares em detrimento das parentalidades e conjugalidades LGBT.

¹²Sigla utilizada para definir espaços de sociabilidade de frequência de gays, lésbicas e “simpatizantes”, recorrente no mercado do consumo.

modificado para Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) (GREEN, QUINALHA, CAETANO, FERNANDES, 2018).

A RENTRAL atuou com esse nome até o ano de 2000, e novamente o movimento organizado pautou a possibilidade de ter uma nomenclatura mais de acordo com as instituições que estavam se organizando e nascendo, e assim numa reunião organizada num encontro na cidade de Porto Alegre no mês de dezembro de 2000 se delibera a alteração do nome RENTRAL para ANTRA que naquele momento se originou como Articulação Nacional de Transgêneros. Nascendo assim a Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feito um levantamento da produção acadêmica em nível de mestrado e doutorado (teses e dissertações) em programas de pós-graduação em Educação (área de avaliação da CAPES) no Brasil. Buscou-se no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras-chave: transexual; transexuais; travestis; travestis. A pesquisa foi realizada na “busca avançada” por tipo de programa, no caso, os programas de pós-graduação em educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram localizados 23 trabalhos, sendo 19 dissertações de mestrado e apenas 4 teses de doutorado, distribuídas entre os estados de São Paulo (8 trabalhos), Rio Grande do Sul (7 trabalhos), Espírito Santo (2 trabalhos), Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraná e Rio de Janeiro (1 trabalho respectivamente) (Quadro 01).

Quadro 01 – Dados encontrados nas buscas realizadas

Título	Grau de Titulação	Instituição	Dependência Administrativa	Nome do Programa	UF	Ano
Experiências de pessoas trans-ensino de biologia	Doutorado	UFU	Pública - Federal	Educação	MG	2018
EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: a discriminação do público trans no contexto escolar	Mestrado	UNESP	Pública - Estadual	Educação Sexual	SP	2021
DESVELANDO A VIVÊNCIA TRANSEXUAL: gênero, criação e constituição de si-mesmo	Mestrado	UNESP	Pública - Estadual	Educação Sexual	SP	2017

ESCOLA E TRANSFOBIA: vivências de pessoas transexuais	Mestrado	UNESP	Pública - Estadual	Educação Sexual	SP	2018
A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO: HISTÓRIAS DE PROFESSORAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS	Mestrado	UFRGS	Pública - Federal	Educação	RS	2013
POSSIBILIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO TRANSEM PORTO ALEGRE	Mestrado	UNIVERSIDADE LA SALLE	Privada	Educação	RS	2018
CIDADANIAS PRECÁRIAS: SUJEITOS TRANS E EDUCAÇÃO	Doutorado	UFMS	Pública - Federal	Educação	RS	2019
Vivências afetivo-sexuais de mulheres travestis e transexuais	Mestrado	UNESP	Pública - Estadual	Educação Sexual	SP	2020
"Pessoas Trans no Esporte": os jogos da cisnormatividade.	Mestrado	UFRGS	Pública - Federal	Educação	RS	2020
NARRATIVAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: TRANSBORDAR RESISTÊNCIAS	Mestrado	UFSCar	Pública - Federal	Educação	SP	2018
GÊNERO POLITIZADO - NARRATIVAS DE TRANSHOMENS EM VÍDEOS DO YOUTUBE	Mestrado	ULBRA	Privada	Educação	RS	2018
A INVENÇÃO DA CRIANÇA TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA QUEER	Mestrado	UFSCar	Pública - Federal	Educação	SP	2019
A PRODUÇÃO DA CRIANÇA TRANS NAS REPORTAGENS DIGITAIS: UM OLHAR PARA OS ESPAÇOS EDUCATIVOS FAMÍLIA E ESCOLA	Mestrado	FURG	Pública - Federal	Educação	RS	2018
CAMINHOS DA GESTÃO: O NOME SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA A IDENTIDADE DE GÊNERO DOS DISCENTES TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFES – CAMPUS COLATINA A PARTIR DO DECRETO 8.727/2016	Mestrado	IFES	Pública - Federal	Educação Profissional e Tecnológica	ES	2020
FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS NORMAS DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO	Mestrado	UFS	Pública - Federal	Educação	SE	2018
Resistindo para (re)existir: identidades trans por entre experiências e memórias com a escola	Mestrado	UERJ	Pública - Estadual	Educação, Cultura e Comunicação	RJ	2020
Políticas Públicas de Saúde, Risco e Vulnerabilidade em AIDS: discursos e ações voltadas às travestis no Município de Franca - SP	Mestrado	UNIFESP	Pública - Federal	Ensino de Ciências da Saúde	SP	2014
Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas	Mestrado	UFPR	Pública - Federal	Educação	PR	2010
EXISTÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E RECONHECIMENTO: TECENDO INTERLOCUÇÕES COM NARRATIVAS DE PESQUISADORAS/ES TRANS BRASILEIRAS/OS	Mestrado	FURG	Pública - Federal	Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	RS	2021

TRANSMULHERES E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: DESAFIOS DURANTE O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO	Mestrado	UNIPLAC	Privada	Educação	SC	2017
Processos formativos de trabalhadores(as) da saúde que atravessam a Clínica Transexualizadora	Doutorado	UFES	Pública - Federal	Educação	ES	2020
MEMÓRIAS DE PROFESSORAS TRANSEXUAIS NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL	Mestrado	UEMS	Pública - Estadual	Educação	MS	2017
O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis	Doutorado	PUC	Privada	Psicologia	SP	2013

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A pesquisa também revelou que a maioria dos trabalhos são oriundos de instituições de ensino pública federal (13 trabalhos) e estadual (6 trabalhos) e apenas 3 de instituições privadas.

Em relação ao contexto educacional das pesquisas, 12 foram realizadas no contexto escolar, 10 no contexto não escolar e uma pesquisa se inseriu em ambos os contextos. Dentre as pesquisas do contexto escolar, foram identificadas 4 na modalidade “ensino superior”, ou seja, o processo investigativo se deu em instituições de ensino superior (IES), duas pesquisas na modalidade “ensino médio” e 7 na modalidade “abordagem genérica dos níveis de ensino”, isso significa que a pesquisa mencionada uma unidade de educação básica, mas não especificava se era de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio.

Por fim, houve uma predominância de pesquisadoras, sendo 15 mulheres e 8 homens pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando ao objetivo do trabalho, que consistiu em realizar um mapeamento a nível panorâmico da produção acadêmica nos programas de pós-graduação em Educação relacionados ao tema travestilidade e/ou transexualidade, é possível dizer que o mesmo foi alcançado.

Quando comparado com dados de outros estudos de mapeamento em outras áreas da educação, podemos observar uma quantidade bem pequena de trabalhos, evidenciando que o tema desta pesquisa ainda não é de grande interesse entre os/as pesquisadores/as brasileiros/as. Seria a transfobia o motivo para essa baixa produção? Consideramos que é preciso realizar mais pesquisas aprofundando a temática.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. 2017. Disponível em < <https://antrabrasil.org/cartilhas/>> Acessado em 06.abril.2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>> acessado em 06.abril.2024.

DUARTE, M. J. Cuidados de si e diversidade sexual: capturas, rupturas e resistências na produção de políticas e direitos LGBT no campo da saúde. In: RODRIGUES, A. et. al. **Transposições: Lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILLON, A. C. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 44, nº 1, jan./jun., 2013. Disponível em < <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>> Acessado em 06.abril.2024.

FACCHINI, R.; SIMÕES, J. A. **Na trilha do arco-íris** – do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

GGB; ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021**. Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>> acessado em 06.abril.2024.

GREEN, J. N. “O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura”. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. EDUFSCar: São Carlos, 2014.

GREEN, J. N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2007.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

LEE, C. The trans panic defense revisited. **American Criminal Law Review**. vol. 57: 1411, 2020. Disponível em: <<https://www.law.georgetown.edu/american-criminal-law-review/wp->

<content/uploads/sites/15/2020/05/57-4-Lee-The-Trans-Panic-Defense-Revisited.pdf>> acessado em 01.mai.2024.

MATO GROSSO. **Mato Grosso registra 160 crimes contra LGBTs em oito meses**. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP/MT. 2020. Disponível em < <http://www.mt.gov.br/web/sesp/-/15317415-mato-grosso-registra-160-crimes-contralgbts-em-oito-meses>> Acessado em 01.mai.2024.

MELLO, L. **Novas Famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1ª. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.